

## A tradição diplomática brasileira e a relação estratégica entre Brasil e China à luz da obra de Samuel Pinheiro Guimarães

### The Brazilian Diplomatic Tradition and the Strategic Relationship Between Brazil and China in Light of Samuel Pinheiro Guimarães' Work

**JOAQUIM CARLOS RACY** | racjo@uol.com.br | Economista e cientista político. Professor Doutor do Depto. Economia, FEA-PUC-SP; Coordenador do NACI-Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional-PUCSP.

**REGINA MARIA A. F. GADELHA** | rgadelha17@gmail.com | Historiadora. Professora Titular do Depto. Economia, FEAPUC-SP; pesquisadora do NACI-Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional-PUC-SP.

**LUIZ FERNANDO MOCELIN SPERACETE** | Ifmocelins@gmail.com | Cientista Político. Doutor em Ciências Sociais (Relações Internacionais e Desenvolvimento) da UNESP; Professor Adjunto do curso de Relações Internacionais e Ciências Econômicas da Universidade Estadual Paulista; pesquisador do NACI-Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional-PUC-SP.

**Recebimento do artigo** Julho de 2024 Aceite Setembro de 2024

**Resumo** A partir das ideias de Samuel Pinheiro Guimarães sobre a sociedade brasileira e o contexto internacional contemporâneo, este artigo discute conceitos como “nação”, “nacionalismo”, “fronteira”, destacando a complexidade da geopolítica contemporânea e os desafios econômicos e políticos enfrentados pelas nações. Nesse sentido, busca-se analisar a tradição pragmática da diplomacia brasileira, destacando a formação de Samuel Pinheiro Guimarães como diplomata de carreira, seguindo a tradição do Itamaraty na condução das ações da política externa brasileira e as mudanças políticas ao longo do tempo, incluindo a construção de um fortalecimento das relações mais próximas com outros países emergentes em contraposição à influência dos EUA no mundo. Como síntese dessas questões, levantamos a hipótese de que a ascensão da China como potência mundial alterou a dinâmica econômica em desfavor dos Estados Unidos, levando a China a se tornar o principal parceiro comercial do Brasil. Além disso, apesar de seus desafios políticos e culturais, a cooperação sino-brasileira vem fortalecendo parcerias em diversas áreas, como nos setores de comércio, ciência e tecnologia, enquanto ambos os países buscam equilibrar interesses pragmáticos em um cenário geopolítico complexo e competitivo, marcado pelo aparente declínio relativo da influência dos EUA.

**Palavras-chave:** Samuel Pinheiro Guimarães; Brasil; China; Política Externa Independente; Soberania Nacional.

**Abstract:** Based on Samuel Pinheiro Guimarães' ideas about Brazilian society and the contemporary international context, this article surveys concepts such as 'nation, nationalism and borders', highlighting the complexity of contemporary geopolitics and the economic and political challenges faced by nations. In this sense, it seeks to analyse the Brazilian diplomatic tradition, outstanding Samuel Pinheiro Guimarães diplomatic influence on Brazilian Foreign policy, and the political changes over time, including the build-up of a strengthening of closer relations with other emerging countries as opposed to U.S. influence over the world. As a synthesis of these issues, we hypothesize that the rise of China as a world power has changed the world's economic dynamics to the disadvantage of the United States, leading China to become Brazil's main trading and commercial partner. Furthermore, despite political and cultural challenges, Sino-Brazilian cooperation is strengthening partnerships in several areas, such as trade, science and technology sectors,

while both countries seek to balance pragmatic interests in a complex and competitive geopolitical landscape, marked by the relative decline of U.S. influence.

**Keywords:** Samuel Pinheiro Guimarães; Brazil; China; Independent Foreign Policy; National Sovereignty.

**Classificação:** JEL, N40, F50

## 1. INTRODUÇÃO

O falecimento do diplomata, economista e escritor Samuel Pinheiro Guimarães priva o Brasil de um profundo analista da realidade mundial. Um diplomata e cientista político que compreendia não apenas os imensos desafios, mas também as mazelas do Brasil. Apregoando com altivez e convicção a necessária equidistância e independência serena da política externa brasileira, Pinheiro Guimarães defendia a estabilidade democrática, o equilíbrio macroeconômico, o crescente incremento dos superávits de comércio exterior, a robustez do mercado interno brasileiro e seu potencial, que fizeram com que o influxo de capitais estrangeiros, mesmo depois da crise de 2008, continuasse a ser excepcional, em especial aqueles provenientes dos Estados Unidos e da Europa e, em tempos mais recentes, da China. Nessa perspectiva, qualquer que seja a visão dos graves problemas que atingem a realidade hodierna interna e externa do Brasil, a obra e ideias do Embaixador Samuel Guimarães merece serem discutidas e revisitadas.

Este ensaio está dividido em três seções mais as considerações finais. Na primeira seção destacam-se aspectos de sua vida e obra e alguns conceitos e ideias como *nação*, o papel do *nacionalismo* e a exposição das principais questões levantadas pelo autor no que tange as vicissitudes passadas e presentes da realidade brasileira e mundial.

Na segunda seção traça-se uma análise da tradição diplomática do Brasil e as linhas de sua atuação, *pari passu*, ao perfil de formação da burocracia diplomática nacional, dando especial ênfase à formação intelectual de Samuel Pinheiro Guimarães no Instituto Rio Branco durante o período da Política Externa Independente, algo que marcou sua visão de mundo e de Brasil, imprescindível para se compreender a ação de Guimarães enquanto cãnone da burocracia do serviço exterior brasileiro durante os governos Lula.

Na terceira (e derradeira) seção intenta-se uma análise das relações entre Brasil e China, destacando-se um histórico de alguns dos principais marcos e fatos, além de uma análise sobre a importância do Brasil para a China e vice-versa, em meio a um contexto internacional cada vez mais multipolar e marcado tanto pelo relativo declínio do poder norte-americano quanto pela ascensão econômica (e mesmo política) chinesa.

Nas considerações finais intenta-se destacar a dinâmica das relações entre Estados Unidos, China e Brasil, dentro de um contexto internacional em que os EUA exercem influência como Império, com sua Metrópole e Províncias, incluindo o Brasil.

## 2. ALGUNS CONCEITOS NA OBRA DE SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

Apreender o pensamento do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto não é fácil. Diplomata de carreira e escritor, Pinheiro Guimarães foi um nacionalista ferrenho. Figura no panteão daqueles que acreditaram e lutaram por seu país, acreditando que o destino do Brasil jamais seria de uma nação média. Apoiava sua crença na extensão territorial e riquezas naturais da nação, diversidade étnica de sua população e PIB econômico figurando entre os dez primeiros entre as nações. Realidades positivas que Brasil, Estados Unidos e China apresentam em nossos dias, tornando o Brasil capaz de superar os desafios das enormes disparidades sociais e as vulnerabilidades externas condicionantes de sua posição dependente, às quais ele conhece e descreve como ninguém, deixando um enorme legado de mais de 16 livros, além de artigos, prólogos e prefácios em obras variáveis. “*O destino brasileiro será de grandeza ou caos*”, profetiza em Prefácio ao livro de seu grande amigo, Luiz Alberto de Moniz Bandeira (2010).

Em seu último grande livro, *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes* (2005), reconhece, dentre os grandes males a superar, que a sociedade brasileira se caracteriza pela concentração de riqueza e de poder, traço característico permanente desde o início da colonização. Concentração esta acelerada pelas transformações tecnológicas de nossos dias, pela instabilidade social, pela ansiedade e frustrações individuais, pelo fundamentalismo religioso e consumo de produtos que alteram a consciência das pessoas, tais como o álcool, a cocaína, o *ecstasy* e tantos outros narcóticos, escreve na Introdução. Ao mesmo tempo, assinala, questões materiais e morais atormentam o cotidiano brasileiro: a ignorância, a pobreza, a violência, a poluição, o racismo, a corrupção, o arbítrio, a mistificação, o desemprego, a miséria e a opulência, consequências das

*“manifestações das extraordinárias disparidades, das crônicas vulnerabilidades e do desigual subdesenvolvimento que caracterizam a sociedade brasileira”* (Id. p. 15). Eis como inicia esta obra com a qual fez jus ao Troféu Juca Pato de São Paulo, prêmio concedido pela União Brasileira de Escritores, em 2008.

Presente às suas reflexões chama atenção ao fato, menosprezado por grande parte dos intelectuais brasileiros, acerca do desconhecimento da política internacional e da política externa do Brasil. A obra *Desafios brasileiros* nos oferece uma nova visão política estratégica, necessária à compreensibilidade dos desafios da realidade do país, a partir de uma rigorosa análise macroestrutural tanto da economia como das relações de poder, indispensáveis à compreensão dos impasses da globalização, no momento mesmo em que se acirram conflitos internos e externos por territórios e fronteiras. E, no entanto, o Brasil já ampliara a importância geoestratégica de sua atuação, seja por sua atuação na criação e concepção do Mercosul e da Unasul, seja na formação do BRICS.

Quanto à economia, Guimarães acentua a enorme importância do crescimento do país após a II Guerra Mundial *“o crescimento acelerado do PIB e da população, a formação de um mercado interno e de parque industrial relevante e sofisticado, a diversificação das exportações e a capacidade tecnológica em áreas como a nuclear, a aeronáutica, a militar e a informática, e a ocupação demográfica e econômica das zonas de fronteira”*, fatores que haviam contribuído *“para que o Brasil adquirisse crescente importância no contexto internacional”*. (Id. p. 18).

Sem embargo, nos é imperativo retomar algumas definições analisadas por Pinheiro Guimarães em *Desafios...* Sua análise parte da grande ruptura representada pela Revolução Francesa, em que a nova burguesia vitoriosa construiu os pilares basilares da construção das modernas sociedades capitalistas. Ainda, no século XIX, o surgimento da *Nação*, em contraposição ao poder absoluto do Estado, e do *Nacionalismo*, como ideologia de coesão identitária e de poder, levaram políticos dirigentes de Estados e seus seguidores a considerarem sua nação superior às demais, especialmente no decorrer da longa duração do século XX. De acordo com Samuel P. Guimarães, tais visões conceituais são reveladoras de um posicionamento originário da ideia de que *“as divindades teriam escolhido um povo, uma certa nação, como eleita, isto é, a nação como um conjunto de indivíduos que adoravam uma certa divindade”* (Guimarães, 2008b, p. 246). Quanto ao Brasil, como afirma no referido Prefácio à citada obra de Moniz Bandeira (2010), se nota desconhecimento e mesmo diluição no imaginário coletivo nacional brasileiro, não só da importância da política externa como dos efeitos, riscos, ameaças e oportunidades da importância estratégica do país no continente sul-americano, não bem compreendidos pela sociedade brasileira, acompanhada pelo relativo desinteresse dos políticos e do próprio Congresso Nacional a essas questões de fundo.

Os exemplos são inúmeros e não é necessário tecer maiores comentários. Porém os conflitos que eclodem neste início e, aparentemente, já velho século XXI, demonstram que os nacionalismos das grandes potências, em sua pretensão hegemônica de superioridade nacional, estão na ordem do dia do cenário mundial, evocando localismos que continuam redundando em políticas expansionistas e agressivas, tanto na Europa, como no Oriente Médio e em outras partes do planeta. Geopoliticamente estes nacionalismos enfraquecem o multilateralismo no concerto das nações, voltadas a novos rearranjos de deterrence pragmática a conduzir a conflitos armados que afetam povos, etnias e populações civis.

Politicamente, Guimarães ressalta que o atual conceito de *fronteira* define os limites fictícios do exercício de hegemonia e soberania dos interesses de grandes grupos que, em princípio, se estabeleceram no passado, como resultado de processos de lutas que vieram a se fixar em obstáculos naturais ao exercício eficaz da força – mares, lagos, rios, cadeias de montanhas. Obstáculos constituídos no passado quando as distâncias eram muito mais significativas (Id. 2005, p. 249). Porém, o que seria “a fronteira”? Este conceito nos remete a um grande historiador culturalista uruguaio, Gustavo Beyhaut. Ao se referir ao Mercosul, em conferência pronunciada junto ao Programa de Economia Política da FEA-PUC-SP (1996) sobre o recém-instaurado processo de globalização, este recorda terem os monopolistas colonizadores tentado pela força e por decretos instaurar fronteiras no largo território sul-americano e, por meio de leis, proibir as livres circulações naturais dos povos, alegando o contrabando. Na verdade, na atual e larga tríplice fronteira que delimita o sul do Brasil (para não citar a região norte da extensa Amazônia) já existia uma região econômica anterior ao nascimento dos Estados brasileiro, uruguaio, paraguaio e argentino, de trânsitos diversos, que naturalmente seguiam os caminhos e tendências seculares herdadas dos movimentos dos povos originários – Guarani, Guenoa e outros mais. Caminhos estes depois trilhados por jesuítas espanhóis e portugueses. *“Nesses movimentos, as populações indígenas efetuavam aprendizagens, compartilhavam termos linguísticos, contavam as técnicas de caça ou de cerâmica e se misturavam e transmitiam muitas experiências”*, ensina Beyhaut (1997). Porém, ao contrário de nossos dias, as fronteiras de então não detinham os seres humanos: *“não é uma fronteira que separa. Ela é uma fronteira viva, que une”*.

Eis que foi necessária a chegada de invasores ibéricos na região americana para se formarem as primeiras fronteiras do chamado período colonial. Mas estas fronteiras ainda não estão fixas, elas se deslocam e continuam a se deslocar. Ao encontro dessas afirmações, Samuel Pinheiro Guimarães demonstrava que as fronteiras mundialmente surgidas sempre buscaram separar territórios geográficos dominados por distintos grupos hegemônicos, cujos líderes procuraram acentuar, nem sempre

com sucesso, as diferenças de cultura, idioma, tradições e práticas religiosas entre as comunidades artificialmente afastadas, rivalizando as noções de superioridade que caracterizam este nacionalismo nocivo. Segundo afirma, *fronteiras “definem os limites físicos do exercício de hegemonia (de soberania) dos grupos...”* (Id, 2005, p. 249). No entanto, o grande desafio a enfrentar o Brasil é político:

o grande e permanente desafio que tem de enfrentar os detentores do poder econômico na sociedade moderna de regime democrático, em que a cada cidadão corresponde um voto, consiste em como transformar poder econômico em poder político (Id, p. 251).

Nesse caso, volta-se ao problema principal do poder na economia política e nas relações entre Estados soberanos (e suas estratégias) na política mundial, conforme o exemplo dos embates no interior da ONU, na qual estão representados 193 Estados, cuja dinâmica interna reflete um *“mundo em que proliferam os conflitos e as diversidades dentro e entre os Estados, e em que a elaboração permanente de normas e a atividade política incessante são realidades inescapáveis”*. (p. 252).

Apesar dos blocos econômicos, *“estímulos”* armados ou culturais enfraquecem o sentido mesmo das liberdades dos cidadãos. Sobretudo na atual era em que o capitalismo moderno tem como fundamento a propriedade privada espoliativa dos meios de produção e o lucro como objetivo principal em escala cada vez maior e em curto espaço temporal. Tal argumento remete ao conceito de *“felicidade humana”*, desenvolvido por Jeremy Bentham (1789)<sup>1</sup>, analisado de maneira crítica por autores como K. Polanyi (2011) e A. Sen (1987). Seguindo essa linha, Joaquim C. Racy (2023) chama atenção às dificuldades encontradas pelas classes trabalhadoras no enfrentamento cotidiano com a dura e inexplicável realidade que as impede de exercerem protagonismo eficaz em contraponto às classes empresariais, impelidas inconscientemente a com elas politicamente se aliarem, sobretudo através do voto.

Portanto, transitar de uma discussão sobre a vida e obra de Samuel Pinheiro Guimarães para a tradição diplomática brasileira, requer igualmente uma contextualização histórica e conceitual, pois considerar suas contribuições para a compreensão das dinâmicas internacionais obriga a refletir sobre como essas ideias se integram à tradição diplomática brasileira.

### 3. A TRADIÇÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA: HISTÓRICO, DESAFIOS E REALIZAÇÕES

Conforme indicado na primeira seção deste ensaio, com as importantes notas sobre o pensamento de Samuel Pinheiro Guimarães, é necessário que se faça alguma reflexão sobre o processo de sua formação, destacando-se, nesse contexto, sua condição de diplomata.

Nesse sentido, sua inclusão na carreira certamente mereceu, como acontece tradicionalmente na formação dos quadros diplomáticos brasileiros, sólido treinamento na construção de seu pensamento sobre o país, o que vem a conferir indiscutível respeito à atuação do Itamaraty na formação de seus quadros para manter uma elevada qualificação profissional da burocracia estatal operadora das relações do Brasil com secretarias de Estado no exterior, além do convívio com a lida dos problemas encaminhados por exemplares diplomatas num período bastante complexo da realidade internacional.

É importante lembrar que no início de sua carreira em 1963, a diplomacia brasileira já se apoiava em uma quase doutrina, ensaiada desde Rio Branco, que lhe conferia um caráter pragmático inequivocamente voltado aos interesses centrados na perspectiva da autonomia nacional. Não que tais objetivos venham por si a se diferenciar das diplomacias levadas a efeito pelos diferentes países no sistema internacional, mas a forma como isso vem historicamente se realizando pelo Brasil assume destaque na medida em que as ações brasileiras nas relações exteriores se baseiam em objetivos, princípios e fundamentos que lhe possibilitam flexibilidade e continuidade ímpares.

Nesse sentido, a Política Externa Independente, enunciada por Afonso Arinos e San Tiago Dantas, pode ser tomada como o melhor exemplo, cuja consolidação se daria no período de iniciação de Pinheiro Guimarães na vida diplomática. Seu principal objetivo foi a autonomia nacional fundada no princípio do pragmatismo que, segundo José Honório Rodrigues (1965) já se manifestava no pensamento do Barão de Rio Branco, vindo a se expressar em outros momentos da história da política externa brasileira, inclusive no período de governos militares.

<sup>1</sup> De acordo com o autor, a felicidade residia na maximização do prazer e na minimização da dor, sustentando que a sociedade deveria direcionar seus esforços para alcançar o maior benefício possível para o maior número de pessoas. Lembrando que, idealmente, J. Bentham acreditava que a legislação e as instituições políticas desempenhariam um papel crucial na promoção do bem-estar geral, além de advogar por reformas sociais e políticas que visavam melhorar a qualidade de vida de todos. Entendendo como *“todos”*, a nova classe empresarial burguesa.

Nessa mesma perspectiva, a título de exemplo, se coloca o caso da definição pelo Brasil quanto à adesão ao esforço de países aliados contra as forças do Eixo na II Guerra Mundial, minuciosamente retratada em obra de Teixeira Soares (1980), importante quadro do Itamaraty, e inserida numa política externa de “equidistância pragmática”, conforme denominação atribuída por Gerson Moura (1980), destacado estudioso das relações internacionais do país. Na realidade, essas expressões da política externa brasileira, embora levando a distintas ações e posições na realidade internacional, têm em comum a sua firme disposição de buscar a autonomia nacional utilizando-se do pragmatismo manifesto em suas formas de realização.

Voltando à Política Externa Independente que, conforme indicado acima, se tornou uma peça decisiva na definição da ação diplomática e da política externa brasileira a partir dos anos de 1960, percebe-se que sua manifestação, contrariando a tendência de alinhamento, mesmo que condicionado à posição americana no conflito mundial do Pós-Segunda Guerra, permitiria ao Brasil trilhar um caminho diplomático de fato alternativo, uma vez que, ao se desalinhar, não cederia mecanicamente à lógica da bipolaridade, implicando um alinhamento antitético.

A justificativa para tanto, quer do ponto de vista ideal ou real, se encontrava no desenvolvimento das relações internacionais, que começavam a expressar o esgotamento do conflito entre as duas potências dominantes, acabando por matizar o sistema internacional como uma esfera constituída então somente por dois mundos. A existência de uma enorme gama de países submetidos a essa lógica e vitimados por suas mais variadas e tenebrosas consequências, acabaria por gerar um movimento no sentido da construção de um terceiro elemento a se considerar no relacionamento entre as nações, o chamado Terceiro Mundo. É importante sublinhar que a China jogaria papel preponderante na concepção desse movimento.

Naturalmente, a partir desse quadro e considerando as condições internas do Brasil, que recentemente havia passado por um processo de modernização com a instalação de setores mais sofisticados de indústria, mas com problemas de absorção dessa produção, começava-se a vislumbrar a possibilidade de uma ação diplomática mais ousada e destemida no sentido de promover a complementaridade do processo de autonomização econômica do país, aproveitando a fratura do sistema internacional e avançando nas relações com países identificados nessa perspectiva como periféricos, de Terceiro Mundo, independentemente de sua posição frente às definições impostas pelas potências – Estados Unidos e União Soviética, em particular. A ação diplomática brasileira passaria, então, a se definir pragmaticamente como independente, mantendo seu objetivo primordial de alcance da autonomia nacional.

Tão forte é essa definição que, em pleno período de governos militares, a diplomacia levada a efeito pelo Brasil seguiu claramente os ditames dessa concepção de política externa, mais expressivamente a partir de 1974, no governo Geisel. Porém, mesmo nos momentos anteriores de realinhamento ideológico com a potência líder do sistema ocidental desse período, os EUA, o Brasil foi capaz de se contrapor aos desígnios daquele país em questões específicas, sustentado por sua postulação da autonomia nacional. É o caso da recusa de assinatura do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares (TNP) pelo governo Costa e Silva, e a recusa ao pedido de envio de contingente militar brasileiro para o Vietnã e o aumento do limite territorial do mar brasileiro para 200 milhas, no governo Médici.

Passa a se destacar, a partir daí, a política externa de Geisel, que assumiria, já na definição de seu projeto político, elementos centrais constituintes da Política Externa Independente, resumidos em boa medida seus objetivos, princípios e fundamentos na denominada diplomacia do “Pragmatismo Responsável”. É nessa perspectiva que se enquadra uma já antiga questão para o Brasil no sistema internacional e que seria retomada, orientando parte da ação da política externa de então, no sentido da reivindicação da necessária reforma do sistema multilateral da ONU, com a ampliação de seu Conselho de Segurança, de modo a garantir um multilateralismo que refletisse a multipolaridade que se instalava no sistema, com a justa e efetiva representação dos interesses de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, considerando um merecido destaque para o papel do Brasil nesse contexto. Parece claro que essas ações se mostravam viáveis para uma leitura adequada da realidade, permitindo o exercício pragmático da política externa do país.

A busca pelo aumento e maior representatividade dos assentos permanentes do Conselho de Segurança da ONU, que volta a se manifestar como objetivo diplomático na atualidade, viria a se manifestar na atuação de Pinheiro Guimarães como Secretário-Geral do Itamaraty, conforme se observa em seu discurso de posse (FUNAG, 2003). Nessa mesma perspectiva, a retomada das relações com a China, levada a efeito pelo governo Geisel, assumiria papel preponderante no governo Lula, com o aprofundamento do BRIC até sua ampliação para BRICS em 2011.

Tais fatos ressaltam uma expressão de continuidade das ideias orientando a política externa e a diplomacia brasileira no sentido de independência e autonomia, tornando evidente que elas estão concatenadas com a construção de uma sólida concepção de mundo e de Brasil, construída por diplomatas e pensadores exemplares que, sem dúvida, influenciaram sobremaneira Pinheiro Guimarães. No primeiro caso podem-se destacar figuras como o próprio San Tiago Dantas, Azeredo da Silveira, Araújo Castro e Saraiva Guerreiro, como exemplos. No segundo, não é possível deixar de frisar, ao menos, o nome de José Honório Rodrigues.

Entram aqui questões importantes na elucidação da formação e da atuação de Samuel Pinheiro Guimarães e, conseqüentemente, dos resultados para a política externa brasileira. Há a necessidade, nesse sentido, de se considerar o problema relativo à produção de conhecimento no campo das relações internacionais do Brasil, de modo a se constatar alguma afetação no processo de formação dos quadros diplomáticos do Itamaraty, assim como ocorre com os pretendentes a estudiosos desse campo.

No campo da história das relações internacionais do Brasil, por exemplo, pode-se dizer que há uma carência de estudos históricos sobre a política externa brasileira, realizados por historiadores profissionais, com raríssimas exceções como as de Carlos Delgado de Carvalho, José Honório Rodrigues, Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno e alguns outros. Invariavelmente, no caso brasileiro, essa história é em sua grande maioria produzida pelos profissionais da diplomacia que, por dever de ofício, necessitam posicionar o país na arena internacional a partir de sua fundação histórica. Não que essa historiografia possa ser considerada falha, muito pelo contrário, mas ela assume um caráter essencialmente normativo (Racy, 2009).

Dessa maneira, os diplomatas, de uma forma geral, acabam por formular suas ideias e ações a partir da construção de um quadro analítico em que se observa a situação do país no sistema internacional e são avaliados os objetivos brasileiros com base na história da nação e das possibilidades de seus alcances, para a definição de sua atuação no cenário internacional. Assim, abrem-se várias possibilidades de entendimento sobre o país e dos caminhos trilhados no campo da política externa.

Considerando, por exemplo, a teoria da dependência como um modelo teórico que alia as condições da realidade internacional à situação do país num contexto histórico determinado, parece ser totalmente cabível imaginar que elementos de tal modelo venham a compor o quadro de argumentos a partir do qual se tem definido a política externa brasileira e a ação diplomática do país, dado seu grande objetivo de autonomia nacional. É importante lembrar, conforme Bianca Bonente (2009), que essa teoria se divide em três grandes vertentes: uma primeira, de orientação marxista tradicional; a segunda, originada na CEPAL; e uma terceira, com o recorte weberiano, identificando-se com a ideia de desenvolvimento associado, da lavra do sociólogo e futuro presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, cuja política externa nela basearia.

Ao que parece, as mudanças não conjunturais na ação diplomática brasileira a partir dos anos 1990, no caso do governo FHC (RICUPERO, 2017), estando vinculadas à esta concepção, levariam Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) a denominar tal política externa como de *“autonomia pela integração”*. Talvez, por essa mesma razão, receberia críticas e resistência por parte de Pinheiro Guimarães, ao que tudo indica forjado numa concepção mais fortemente nacionalista. Não por acaso, ao se colocar frontalmente contra a entrada do Brasil na Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), fazendo declarações críticas abertas à política externa daquele governo, seria exonerado do cargo de diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI) do Itamaraty em 2001.

Tais posições, por parte de Pinheiro Guimarães, estão plenamente manifestas em seu livro *Quinhentos anos de periferia* (1. ed. 1999) e revelam sua posição quanto à noção da dependência brasileira e das ações necessárias para a autonomia do Brasil. Ao assumir o posto de Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores em 2003, no governo Lula, deu apoio à ação de desenvolvimento de uma política externa mais próxima da concepção cepalina de dependência, denominada por Vigevani e Cepaluni (2007) *“autonomia pela diversificação”*.

Diante desse quadro, torna-se evidente que, se Pinheiro Guimarães não teve influência significativa na reorientação das relações externas brasileiras, especialmente com países emergentes, notadamente na aproximação da China, suas convicções encontram identificação com essa posição e devem merecer apreciação. Tendo se tornado o curso principal do comércio do país a partir da década de 1990, com o governo FHC aproveitando a oportunidade que então se apresentava no sistema internacional, marcada pela ascensão daquele país e o desenho de um novo ordenamento nas relações internacionais, mesmo que à custa de uma primarização da pauta exportadora brasileira, as relações com a China assumiram um elevado protagonismo na política externa brasileira, tendo por isso continuidade nos governos seguintes, sendo interrompidas somente no governo Bolsonaro.

Essa diplomacia pode ser objeto de crítica positiva ou negativa, mas é inegável que os resultados alcançados são importantes e, de alguma forma, se coadunam com as ideias que a orientam, gerando mudanças importantes para o Brasil, o que pode ser observado a partir de uma análise mais detida do desenvolvimento econômico chinês e da dinâmica do relacionamento Brasil-China, conforme se verá na seção seguinte.

#### **4. A ASCENSÃO MUNDIAL CHINESA E O RELACIONAMENTO ESTRATÉGICO BRASIL-CHINA**

A dinâmica da economia global passou por mudanças significativas nas últimas décadas, especialmente com o surgimento da China como uma potência econômica e geopolítica. Desde a década de 1980, a China tem desempenhado um papel cada vez mais proeminente na economia mundial, impulsionada pela abertura econômica e pela adoção de políticas

de desenvolvimento lideradas pelo Estado. Como destacado em outro lugar (Mocelin Sperancete, 2021), a integração da China na economia-mundo capitalista foi marcada pela transferência de indústrias ocidentais (europeias e norte-americanas, principalmente), intensivas em mão de obra para o país, transformando-a em um centro de produção e comércio de alcance global.

Essa transformação foi facilitada pela expansão e desregulamentação financeira nos Estados Unidos e outras economias centrais durante os anos 1980, 1990 e 2000, num processo que Arrighi (1996) chamou de “*expansão financeira*”.<sup>2</sup> Isso permitiu às empresas norte-americanas expandirem as fronteiras da economia-mundo capitalista, integrando redes de produção, comércio e investimentos, de forma a mitigar os impactos da crise internacional dos anos 1970, num contexto de abertura e incorporação chinesa em tais redes de produção, comércio e investimentos, notadamente a partir de 1978, mas que se acelera ao longo das décadas de 1980, 1990 e, principalmente, no início do novo milênio.

Nesse contexto, as empresas transnacionais ocidentais e japonesas executaram uma estratégia de *outsourcing* de sua produção para regiões asiáticas com baixos custos do fator trabalho, com destaque para a China, que se abria economicamente desde 1978 aos fluxos econômicos internacionais. Esse movimento dinamizou profundamente as redes de produção, comércio e investimentos na região, como bem observado por Medeiros (2013) e Lo (2006), atraindo investimento direto estrangeiro não apenas dos EUA e do Japão, mas também da Europa Ocidental e mesmo de economias emergentes.

O processo de abertura e ascensão econômica chinesa de 1978 até os dias atuais devem ser entendidos à luz desses desenvolvimentos históricos e sistêmicos globais. As medidas adotadas pelo Partido Comunista Chinês visaram complexificar a sociedade e a economia chinesas, promovendo um desenvolvimento das forças produtivas internas com uma forte ênfase nacionalista (Kissinger, 2011; Medeiros, 2008), não obstante tal ascensão ter despertado desafios e reações por parte de outras potências, especialmente os Estados Unidos, conforme destaca Arrighi (2008), Medeiros (2013) e Hung (2015).

Desta forma, o processo reformista chinês, iniciado por Deng Xiaoping (e continuado por Jiang Zemin), esteve e continua a estar intrinsecamente ligado à dinâmica da economia-mundo capitalista e às políticas internas da China, sendo o padrão de desenvolvimento econômico e acumulação de capital no país marcado por um papel central do Estado como impulsionador e dinamizador do crescimento em diversos setores econômicos na economia socialista de mercado chinesa, conforme assinalado por Mocelin Sperancete (2021; 2023), Jabbour (2010), Vadell *et al* (2024), entre outros.

Sob o governo de Hu Jintao (2003-2013) emergiu uma nova fase da acumulação de capital na China, via intensificação do uso de capital nos processos produtivos, caracterizada pela utilização intensiva de matérias-primas e elevados investimentos por unidade de produção (LO, 2007). Essa estratégia foi complementada pela adoção da “*perspectiva científica sobre o desenvolvimento*”, que buscava novas abordagens científicas para questões fundamentais sobre o tipo de desenvolvimento a ser alcançado pelo Estado e como alcançá-lo, como destacado pelo próprio presidente chinês à época, Hu Jintao (2012).

Por um lado, apesar dos avanços econômicos, a China também enfrentou desafios sociais decorrentes do avanço das forças produtivas, como apontado por Naughton (2018). Para mitigar esses problemas e manter a legitimidade do Partido Comunista Chinês no seio social, foram implementadas reformas nos serviços de saúde e educação durante o governo de Hu Jintao, levando adiante o projeto de se criar uma “*sociedade harmoniosa*” no país, enquanto o crescimento do PIB e o investimento industrial continuaram a serem motores do desenvolvimento econômico (Jintao, 2007, Medeiros, 2013). Por outro lado, o ímpeto econômico-empresarial chinês tem sido marcado pela expansão do mercado interno e pela internacionalização de suas grandes corporações, criando desafios geopolíticos em escala global, notadamente após a crise financeira de 2008, com estratégias como a *Belt and Road Initiative* (Mocelin Sperancete, Id.). Os Estados Unidos, por seu turno, responderam com a estratégia do “Indo-Pacífico” para conter a influência chinesa (Brown *et al*, 2019; Medcalf, 2020), enquanto a consolidação dos BRICS aumentou os temores de uma rearticulação política global em torno da China.

Essa competição entre EUA e China pode ser considerada um período de “*caos sistêmico*”, no qual a transição do centro de acumulação ampliada de capital em direção à China é contestada pelos Estados Unidos por diversos meios.

<sup>2</sup> “Situação em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto às negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista”. (Arrighi, 1996, p. 8). Ou seja, é uma fase em que “o capital-dinheiro, em escala cada vez maior, liberta-se da forma “mercadoria” e a acumulação prossegue com negociações financeiras” (Id. p. 240), sendo sintomático de uma situação de “maturidade” do desenvolvimento capitalista onde ela tende a ocorrer (Mocelin Sperancete, 2021).

<sup>3</sup> Nas palavras de Giovanni Arrighi (1996, p. 30), “situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização”. Em outras palavras, ao ter havido sucessivas trocas hegemônicas, fases de expansões material e financeira, sempre permeadas por aquilo que Arrighi chama de “caos sistêmico” (Mocelin Sperancete, 2021, p. 21), metodologicamente, o que temos que ter em mente é que “os períodos de trocas contínuas (expansão material) são seguidos por períodos de trocas descontínuas (expansão financeira), que é quando se apresenta a rearticulação hegemônica sob a liderança de novos blocos de agentes governamentais e empresariais. Ao mesmo tempo, um regime de acumulação capitalista em escala mundial se reconstrói a cada ciclo, que é como entendemos a economia-mundo capitalista em seus diversos momentos, com várias hierarquias e configurações espaciais”. (Barbosa, 2019, p. 212 – tradução nossa).

Esse contexto geopolítico tensionado tem implicações significativas para o Brasil e outros países, exigindo respostas inovadoras e adaptáveis aos novos desafios econômicos e políticos impostos por este cenário historicamente singular da competição sino-americana (Guimarães. Id. 2005; 2021a; Fiori, 2008).

Sendo a ascensão econômica e tecnológica da China um dos fenômenos mais significativos das últimas décadas, enquanto os Estados Unidos mantêm uma posição de hegemonia militar, há que se destacar que o país asiático emergiu como uma potência que desafia os paradigmas estabelecidos. A dinâmica internacional, como discutido por Samuel Pinheiro Guimarães (2021a), não se desenrola em um vácuo imparcial, mas é moldada por estruturas hegemônicas de poder político e econômico. Nesse contexto, a China se destaca como um ator de peso, especialmente para países periféricos e semiperiféricos, como o Brasil.

As relações entre o Brasil e a China têm percorrido uma trajetória complexa, dinâmica e diversificada, marcada por marcos históricos e desdobramentos significativos ao longo das últimas décadas. Partindo-se deste ponto de vista, a história das relações sino-brasileiras começa em 1961, quando o vice-presidente brasileiro João Goulart liderou uma missão comercial à China (Schwarcz, 2018; Ricupero, 2017). Os anos seguintes testemunharam uma série de eventos marcantes, incluindo a votação do Brasil contra a entrada da China na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1971, seguida pelo estabelecimento de relações diplomáticas em 1974 e a primeira visita presidencial do Brasil à China em 1984 (CERVO, 2011). A parceria se aprofundou com o lançamento do Programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres em 1988 e a assinatura de diversos acordos bilaterais nas décadas seguintes.

Contemporaneamente, a relação entre os dois países tem sido cada vez mais crucial para ambos os lados. A China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil após 2009, superando os Estados Unidos. As trocas comerciais abrangem uma variedade de setores, desde produtos primários até produtos intensivos em capital e tecnologia. A demanda chinesa por produtos brasileiros, como soja, minério de ferro e carne, impulsiona a produção brasileira há mais de uma década e contribui para a estabilidade macroeconômica e financeira do país, apesar de reforçar a desindustrialização em curso na economia brasileira (Sugimoto *et al* 2022), num contexto marcado por fortes instabilidades internacionais desde a crise financeira de 2008.

A cooperação bilateral entre os dois países tem sido facilitada por diversas instâncias de diálogo, como a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), estabelecida em 2004, e o Diálogo Estratégico Global (DEG), estabelecido em 2012, que promovem o intercâmbio de visões políticas entre ambos os governos e a cooperação em áreas-chave, tais como Ciência & Tecnologia, saúde, cibersegurança (MRE, 2023a). Visitas de alto nível têm sido uma constante, com presidentes e autoridades de ambos os países fortalecendo os laços bilaterais ao longo dos anos.

Entre convergências e desafios, os dois países compartilham interesses em diversas áreas, desde a cooperação multilateral até o comércio e o desenvolvimento sustentável, apoiando o multilateralismo e buscando reformas em instituições internacionais, embora tenham enfrentado divergências em questões como comércio e direitos humanos. No entanto, desafios recentes, como desentendimentos durante o governo Bolsonaro em 2019, destacam a importância de um diálogo contínuo para resolver diferenças e fortalecer a parceria estratégica entre os dois países. Exemplos disso, em 2019, antes da 5ª Reunião da COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação), consultas foram realizadas devido às tarifas antidumping impostas pela China sobre o frango brasileiro. No mesmo ano, consultas brasileiras foram solicitadas devido às sobretaxas chinesas sobre o açúcar brasileiro e, em 2020, a China suspendeu a importação de frangos brasileiros devido aos testes positivos para o Coronavírus (Bloomberg Linea. 2022).

Além disso, os dois países cooperam em várias outras áreas. Na ciência e tecnologia, programas como o CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite) e o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia fortalecem a cooperação bilateral. Na saúde a cooperação inclui parcerias na pesquisa de vacinas e tratamentos médicos. Na cultura e educação, instituições como Institutos Confúcio e acordos de intercâmbio acadêmico promovem o entendimento mútuo.

Em termos de investimentos, os desafios são menos tensionados na relação entre os dois países. Embora o Brasil tenha investimentos na China, principalmente nos setores de energia, mineração e serviços financeiros, o fluxo inverso é mais significativo, de tal modo que até 2020 a China foi o segundo maior investidor no Brasil, com empresas chinesas realizando 176 empreendimentos no país, totalizando US\$ 66,1 bilhões em investimentos confirmados, com destaque para os setores de energia elétrica, de extração de petróleo & gás e da indústria manufatureira (MDIC, 2024).

Aprofundando a análise, ao se tornar o principal parceiro comercial do Brasil, a China tem fomentado cada vez mais a cooperação econômica sino-brasileira em várias áreas, especialmente no setor agrícola. Desde 2009, foram assinados importantes acordos sobre questões sanitárias e fitossanitárias que, consoante o aumento de sinergias entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Administração Geral de Aduanas da China (GACC), corrobora a ampliação e diversificação do comércio agrícola entre as partes. Nesse sentido, o Brasil tornou-se o principal fornecedor de produtos do



agronegócio à China e, em 2019, foi criado um “Núcleo China”, unidade estratégica para tratar de China diretamente vinculada ao seu gabinete no MAPA.

Em abril de 2023, durante a visita de Estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, foi adotado novo protocolo sanitário para as exportações de proteína animal brasileira para o país asiático (MRE, 2023a). Em 29 de março de 2024, realizou-se, em Pequim, o Seminário Econômico Brasil-China, que contou com a participação de mais de 500 empresários brasileiros e chineses, e teve por objetivo contribuir para o adensamento e a diversificação das relações comerciais e dos fluxos de investimento, com foco em transição energética, inovação e sustentabilidade, resultando em vinte acordos firmados entre ambos os lados, tanto por empresas e como pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil). (MRE, 2023b).

Na mesma data, Brasil e China anunciaram a criação de uma câmara de compensação e transações comerciais entre os dois países, isto é, a utilização de uma instituição bancária, no caso o ICBC (*Industrial and Commercial Bank of China*), visando a permitir o fechamento de negócios e a concessão de empréstimos entre os dois países, sem que o dólar americano tenha que ser usado para viabilizar a transação internacional, numa clara demonstração de força geopolítica e financeira contra o poderio norteamericano ancorado no dólar. Como consequência, em outubro de 2023, Brasil e China completaram a primeira operação comercial realizada somente com moedas locais. (CGTN, 2023).

No entanto essa relação não tem sido apenas no campo econômico-financeiro. A aproximação brasileira com a China também representa uma oportunidade estratégica para o Brasil no cenário internacional, em meio a um mundo em que a unipolaridade militar dos Estados Unidos convive com uma multipolaridade econômica competitiva. Nesse sentido, retomando um eixo tradicional da política externa do Itamaraty, o atual governo Lula III busca diversificar suas parcerias e garantir tanto uma posição estratégica quanto de autonomia no xadrez geopolítico global, as quais se coadunam com os princípios basilares de atuação externa elencados na Política Externa Altiava e Independente, pela qual tanto batalhou Samuel Pinheiro Guimarães, conforme destacado neste artigo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de um olhar sobre o passado e sobre o presente, a ascensão da China traz desafios e oportunidades para o Brasil. Enquanto as tensões entre Estados Unidos e China aumentam, o Brasil vê-se em uma posição delicada, precisando equilibrar seus interesses entre as duas potências. Por um lado, o país depende da relação comercial com a China para impulsionar seu crescimento econômico. Por outro lado, mantém laços históricos e estratégicos com os Estados Unidos, o que torna importante manter uma diplomacia habilidosa e flexível ou “pragmática”, nas palavras do próprio Samuel Pinheiro Guimarães (2021a). Além disso, o Brasil deve considerar os impactos internos da crescente influência chinesa. Questões como segurança cibernética, proteção ambiental e direitos trabalhistas ganham relevância à medida que o país se integra mais profundamente na economia-mundo capitalista, especialmente quando se analisa a relação da economia chinesa em termos mundo-capitalista e as conexões da economia brasileira com a economia chinesa.

Nesse contexto, Pinheiro Guimarães (2021a) destaca que, apesar dos desafios, a ascensão da China representa uma mudança significativa no cenário internacional, com implicações profundas para o Brasil e outros países ao redor do mundo. Gerir essa relação de forma estratégica e equilibrada torna-se essencial para garantir os interesses nacionais e promover o desenvolvimento sustentável em um mundo cada vez mais interconectado.

Como membro dos BRICS, a China desempenha um papel crucial na cooperação entre os países emergentes, incluindo o Brasil. Essa aliança fortalece as relações políticas e econômicas entre os países membros, criando oportunidades para o crescimento e o desenvolvimento mútuo. Além disso, a China tem sido o principal parceiro comercial da Argentina e o segundo do Paraguai e do Uruguai, estabelecendo uma rede de relações comerciais que influencia toda a região sul-americana, área natural de interesses estratégicos brasileiros (Guimarães, lb. 2021a).

A China também desempenha um papel importante no Novo Banco de Desenvolvimento (NDB na sigla em inglês), do qual o Brasil é participante, com a Presidente Dilma Rousseff na presidência pró-tempore. Como maior economia, a China contribui para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento nos demais países membros do banco, incluindo o Brasil, além de ser o principal acionista do Arranjo Contingente de Reservas (ACR)<sup>4</sup>. Além desses aspectos econômicos, ela pode vir a ser um parceiro crucial no processo de retomada do desenvolvimento industrial do Brasil, numa tendência

<sup>4</sup> O total de recursos comprometidos inicialmente ao ACR foi de US\$ 100 bilhões, com os seguintes compromissos individuais: China: US\$ 41 bilhões; Brasil: US\$ 18 bilhões; Rússia: US\$ 18 bilhões; Índia: US\$ 18 bilhões; e África do Sul: US\$ 5 bilhões.

contrária às causas da desindustrialização brasileira. Com sua expertise em tecnologia e no setor manufatureiro, pode ajudar o país a modernizar suas indústrias e aumentar sua competitividade global (Ib.).

No entanto, é importante reconhecer que o sistema político e econômico chinês é distinto do brasileiro (Mocelin Sperancete, Id, 2021), e que existem diferenças significativas nos valores e nas culturas das sociedades chinesa e brasileira. Enquanto a sociedade brasileira muitas vezes se vê como parte do mundo ocidental subdesenvolvido, a sociedade chinesa está em um rápido processo de desenvolvimento e consciente de sua identidade oriental (Mocelin Sperancete, 2023).

Finalmente, a tendência para o curto, médio e longo prazos é a de que Brasil e China continuarão a fortalecer sua parceria estratégica em várias frentes. O aumento do diálogo e da cooperação em áreas como tecnologia, saúde e cultura promete abrir novas oportunidades, especialmente para a contraparte brasileira. Além disso, o crescimento dos investimentos chineses no Brasil e o interesse em projetos de infraestrutura sugerem um futuro promissor para a cooperação bilateral, num contexto que as relações sinobrasileiras tendem a evoluir em meio a um cenário global dinâmico. Com estruturas de coordenação robustas e de alto nível governamental, além de uma agenda diversificada, ambos os países estão bem-posicionados para enfrentar desafios e explorar oportunidades em áreas como comércio, segurança e desenvolvimento sustentável.

Conforme bem destacou Samuel Pinheiro Guimarães em um de seus últimos artigos, as dinâmicas das relações entre Estados Unidos, China e Brasil são moldadas dentro de um contexto internacional onde um Império exerce sua influência. Esse Império é representado pelos Estados Unidos, sua Metrópole e “Províncias”, que incluem o Brasil, em contraposição aos Estados adversários, como a República Popular da China e a Federação Russa. (Guimarães, Ibid., 2021b).

No âmbito desse Império existem normas informais que regem as relações entre a Metrópole e as “Províncias” e estabelecem padrões para as economias, as políticas e as sociedades das “Províncias”, visando manter a hegemonia e promover os interesses da Metrópole. Entre essas normas estão a promoção do sistema econômico financeiro capitalista aberto ao capital estrangeiro, a mínima intervenção estatal na economia, o respeito aos direitos humanos e a adesão a um regime político pluripartidário democrático.

A inserção do Brasil como Província média, emergente e subdesenvolvida, de importância periférica, mas com potencial, nesse sistema imperial, tem repercussões tanto internas quanto externas. Internamente molda a política de viés neoliberal. Externamente influencia as relações do Brasil com outras nações e organizações internacionais. Sem embargo, a mitigação dessa influência é crucial para o futuro do Brasil, pois molda o caminho do país a médio e longo prazos, seguindo a lógica de Pinheiro Guimarães.

Um ponto central nesse contexto é a questão da reforma do Conselho de Segurança da ONU, que serve como baliza político-militar do sistema internacional. Grupos econômicos como o G-7 e o G-20, embora relevantes, carecem de capacidade jurídica e de poder político-militar para impor sanções e usar a força, diversamente ao caráter juridicamente vinculativo do Conselho de Segurança da ONU. Nesse cenário, o Brasil enfrenta o desafio de equilibrar sua posição autônoma dentro do Império americano, mantendo autonomia e promovendo seus interesses nacionais *pari passu* ao vislumbre de oportunidades e desafios que a China, principal potência ascendente da época contemporânea coloca ao país, em suas relações econômico-comerciais com aquele país. Isso requer uma abordagem estratégica e diplomática cuidadosa por parte do governo brasileiro para navegar nas águas complexas e dinâmicas das relações internacionais, visando garantir o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável a longo prazo, e, conforme bem nos lembra Pinheiro Guimarães (2005), a independência e a autonomia nacionais.

## 6. REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Editora UNESP, 1996.
- BARBOSA, A. F. *El Ascenso Chino, Las Transformaciones de la Economía-Mundo Capitalista y los Impactos sobre los Patrones Comerciales en América Latina*. In: \_\_\_\_\_.
- SALAZAR, A; SALAZAR, C (Org.). *La Región Asia-Pacífico: Desafíos para el Desarrollo*, Hoy. La Paz, Bolivia: Editora Presencia SRL, 2019, p. 207-241.
- BENTHAM, J. *Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Oxford, UK: Clarendon Press, 1907 (1. Ed. 1789). <http://oil.libertyfund.org/title/278>. Acesso em: 10/03/2024.
- BEYHAUT, G. *Reflexões para uma Integração Latino-Americana*. In: Gadelha, R. M. F. (Org.). *Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 163-175.

- BLOOMBERG LÍNEA. China suspende importação da JBS e Frialto após identificar traços de Covid. 2022. <https://www.bloomberglinea.com.br/2022/03/11/china-suspende-importacao-da-jbs-efrialto-apos-identificar-tracos-de-covid/#:~:text=A%20determina%C3%A7%C3%A3o%20faz%20parte%20da,rigor%20s%20anit%C3%A1rio%20para%20produtos%20importados.&text=A%20China%20%C3%A%20o%20maior,destino%20das%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20de%20frango>. Acesso em: 01/04/2024.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 11. Ed. Trad. Brasília, DF: Editora UNB, 1999. v. 2. p. 798-799; 802-806.
- BONENTE, B. I. *Realismo e Emancipação: Crítica explanatória à Teoria do Desenvolvimento*. XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico (IACR), Niterói: Anais da XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 2009.
- BROWN, K; WU TZU-HUI, K. *The Trouble with Taiwan. History, the United States and Rising China*. London: Zed Books, 2019.
- CERVO, A. L. *História da Política Exterior do Brasil*. 4. ed. rev. ampl. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- CGTN. *China, Brazil Complete First Trade in Local Currency*. 2023. <https://news.cgtn.com/news/2023-10-03/China-Brazil-complete-first-trade-in-localcurrency-1nAZNMGBePS/index.html>. Acesso em: 22/02/2024.
- FIORI, J. L. *O sistema interestatal capitalista no início do século XXI*. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. (Org.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). *A política externa do Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva, Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães*. Brasília, DF: IPRI/FUNAG, 2003. [https://funag.gov.br/loja/download/128-Política\\_Externa\\_do\\_Brasil\\_A.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/128-Política_Externa_do_Brasil_A.pdf). Acesso em: 14/04/2024.
- GADELHA, R. M. A. F. *Desintegração das políticas do Mercosul à Unasul e a Era Bolsonaro*. In: GADELHA, R. M. A. F. (Org.). *Problemas contemporâneos. Economia, Sociedade, Relações Internacionais*. Curitiba: Appris Editora, 2023. p. 301-318.
- GUIMARÃES, S. P. *A Ascensão da China e o Império Americano*. GGN, 2021a. <https://jornalggm.com.br/geopolitica/a-ascensao-da-china-e-o-imperio-americano-porpor-embaixador-samuel-pinheiro-guimaraes/>. Acesso em: 22/05/2024.
- \_\_\_\_\_. *O desafio da integração*. In: *O mundo multipolar e a integração sulamericana*. Buenos Aires: Amersur, 2008a. [www.amersur.org.ar](http://www.amersur.org.ar). Acesso em: 18/03/2024.
- \_\_\_\_\_. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- \_\_\_\_\_. *EUA versus China e Brasil*. Viomundo, 2021b. <https://www.viomundo.com.br/politica/samuel-pinheiro-guimaraes-eua-versus-chinae-o-brasil.html>. Acesso em: 21/05/2024.
- \_\_\_\_\_. *Nação, Nacionalismo, Estado*. Revista de Informação Legislativa. Brasília, DF: v. 45, n. 179. p. 245-256. Jul./Set. 2008b. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176547/000843884.pdf?sequence=3&isAllowed=y> – art 2008. Acesso em: 19/03/2024.
- \_\_\_\_\_. *Prefácio. Reflexões sul-americanas*. In: Moniz Bandeira, L. A. *Brasil, Argentina e Estados Unidos. Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 17-35.
- \_\_\_\_\_. *Quinhentos anos de periferia: Uma contribuição ao estudo da política internacional*. 3. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro. Editora Universidade UFRGS/Contraponto, 2001.
- HONÓRIO RODRIGUES, José. *Uma Política Externa Própria e Independente*. In: *Política Externa Independente* Rio de Janeiro, n. 1, 1965.
- HUNG, H-F. *The China Boom: Why China will not Rule the World*. Nova Iorque, Columbia University Press, 2015.
- JABBOUR, E. K. *A China e a economia política do socialismo*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- JINTAO, H. *Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive for New Victories in Building a Moderately Prosperous Society in all Respects*. Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China. Beijing, China, Oct. 15, 2007. <http://www.china.org.cn/english/congress/229611.htm>. Acesso em: 27/04/2024.
- \_\_\_\_\_. *Scientific Outlook on Development becomes CPC's Theoretical Guidance*. Keynote report during the opening ceremony of the 18th CPC National Congress at the Great Hall of the People. Beijing, China: November 8th, 2012. <https://www.mfa.gov.cn/ce/cena/eng/xwtdt/t987266.htm>. Acesso em: 27/07/2023.
- KISSINGER, H. *Sobre a China*. Trad. Cássio de Arantes Leite. 7. Reimpr. São Paulo: Objetiva, 2011.
- LO, D. *China's Quest for Alternative to Neo-Liberalism: Market Reform, Economic Growth, and Labor*. In: *The Kyoto Economic Review*, v. 2, n. 76, Dec. 2007. <https://www.jstor.org/stable/43213355?seq=1>. Acesso em: 02/03/2024.
- \_\_\_\_\_. *Making Sense of China's Economic Transformation*. Working Papers 148. London, UK: University of London, SOAS, Department of Economics, 2006. <https://ideas.repec.org/p/soa/wpaper/148.html>. Acesso em: 03/03/2024.

- MEDCALF, R. *China, America, and the Contest for the World's Pivotal Region*. Manchester: Manchester University Press, 2020.
- MEDEIROS, C. A. *Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: Rupturas e transições na Rússia e na China*. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa*. In: BIELSCHOWSKY, R. *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*. Vol. 2. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2013.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Global*. Nota à imprensa nº 133. Pequim, China, 2023a. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-sobre-o-aprofundamentoda-parceria-estrategica-global-pequim-14-de-abril-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-sobre-o-aprofundamentoda-parceria-estrategica-global-pequim-14-de-abril-de-2023). Acesso em: 20/04/2024.
- \_\_\_\_\_. *Seminário Econômico Brasil-China*. Pequim, China, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/seminario-economicobrasil-china>. Acesso em: 20/04/2024.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). *Resultados do Comércio Exterior Brasileiro - Dados Consolidados*. Secretaria de Comércio Exterior. 2024. Disponível em: [https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes\\_dados\\_consolidados/pg.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html). Acesso em: 01/04/2024.
- MOCELIN SPERANCETE, L. F. *Desenvolvimento econômico e inserção internacional da China entre 1978 e 2002: Uma perspectiva histórico-sistêmica*. 2021. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021. doi:10.11606/D.8.2021.tde-13052022-205827. Acesso em: 14/05/2024.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento econômico e inserção internacional da China entre 2003 e 2012: Uma perspectiva sistêmica*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023. <http://hdl.handle.net/11449/243180>. Acesso em: 14/02/2024.
- MOURA, G. *Autonomia na Dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- NAUGHTON, B. *The Chinese Economy: Adaptation and Growth*. 2. Ed. Cambridge, MA, USA: MIT Press, 2018.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. As origens políticas e econômicas de nossa época. Trad. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.
- RACY, J. C. *A economia como ciência moral: O caso do novo Coronavírus*. In: Gadelha, Regina Maria A. Fonseca (Org.). *Problemas contemporâneos. Economia, Sociedade, Relações Internacionais*. Curitiba: Appris, 2023. p. 21-45.
- \_\_\_\_\_. *História e Política Externa Brasileira*. Considerações sobre a história e a historiografia das relações internacionais do Brasil. *Revista Teoria e Sociedade*. Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte: UFMG, n. 16.1, 2009.
- RICUPERO, R. *A Diplomacia na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.
- SCHWARCZ, L. M. *História do Brasil Nação*. v. 4: Olhando para dentro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOARES, T. *O Brasil no Conflito Ideológico Global: 1937-1979*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- SUGIMOTO, T. N.; DIEGUES, A. C. *A China e a desindustrialização brasileira: um olhar para além da especialização regressiva*. *Nova Economia*. Belo Horizonte: Depto. C. Econômicas, v. 32, n. 2, 2022. p. 477-504. <https://doi.org/10.1590/01036351/6975>. Acesso em: 14/05/2024.
- VADELL, J.; JABBOUR, E. *Chinese Embedded Globalization: Social-Economic Formations in Dispute in World Reordering*. *Globalizations*, 1-19, 2024. doi:10.1080/14747731.2024.2302197. Acesso em: 22/03/2024.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. *A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação*. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, v. 29, n. 2, Jul/Dez, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002>. Acesso em: 10/08/2022.
- \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. *Política Externa no período FHC: a busca da autonomia pela integração*. *Revista Tempo Social*. São Paulo: USP, Nov., 2003. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000200003>. Acesso em: 22/09/2023.